

Seção 1

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

DESPACHO DA ADVOGADA-GERAL DA UNIÃO

Em 17 de fevereiro de 2017

NUP: 00405.026848/2016-81 INTERESSADO: LEANDRO JAVIER DIAZ ASSUNTO: COOPERAÇÃO INTERNACIONAL Aprovo o Parecer no 00050/2017//PGU/AGU, de 15 de fevereiro de 2017. Tendo em vista o disposto no art. 7o, caput, da Portaria no 217/AGU, de 09 de julho de 2015, publicada no Diário Oficial da União de 10 de julho de 2015, Seção 1, págs. 1 a 3, autorizo a contratação de escritório de advocacia na Argentina para a adoção das medidas cabíveis para a representação da República Federativa do Brasil na ação trabalhista a que faz referência o Processo em epí-grafe. Na forma do art. 7o, parágrafo único, da Portaria no 217/AGU, de 09 de julho de 2015, publicada no Diário Oficial da União de 10 de julho de 2015, Seção 1, págs. 1 a 3, delego ao Comando da Aeronáutica o processo de contratação e de celebração de contrato com escritório de advocacia no caso em epígrafe, o qual deverá incluir as cláusulas contratuais indicadas no item III do Parecer no 00050/2017//PGU/AGU, de 17 de fevereiro de 2017. Retornem-se os autos à Procuradoria-Geral da União para as providências de praxe.
GRACE MARIA FERNANDES MENDONÇA

MINISTÉRIO DA FAZENDA

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 69, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2017

O **MINISTRO DE ESTADO DA FAZENDA, INTERINO** no uso da atribuição que lhe confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 7º, inciso III, do Decreto no 8.961, de 16 de janeiro de 2017, resolve: Art. 1º Detalhar os limites de pagamento de que trata o Anexo II, do Decreto no 8.961, de 16 de janeiro de 2017, na forma dos Anexos I, II e III desta Portaria. Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE DE CAMPOS MEIRELLES

(ANEXOS I, II e III vide seções 1.1, 1.2 e 1.3)

Seção 2

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

SUBPROCURADORIA-GERAL FEDERAL

PORTARIA Nº 74, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2017

O **SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso da competência que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nos termos da Portaria PGF nº 200, de 25 de fevereiro de 2008, publicada no Diário Oficial da União, de 26 de fevereiro de 2008, Seção 2, pág.1, e considerando o contido no Processo nº 00492.000004/2017- 50, resolve: DESIGNAR o Procurador Federal RUY MARIANO SILVA CARVALHO, matrícula SIAPE n.º 1293665, para o encargo de Responsável pela Procuradoria Seccional Federal em Feira de Santana/BA.
GABRIEL DE MELLO GALVÃO

SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 109, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2017

A **SECRETÁRIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO**, no uso da competência que lhe foi delegada pelo artigo 44, inciso XV, do Anexo da Portaria AGU nº 51, de 21 de fevereiro de 2013, publicada no Diário Oficial da União de 22 de fevereiro de 2013, e considerando o que consta no processo administrativo nº 00478.000135/2017-15, resolve: Conceder aposentadoria voluntária a ROBINSON JORGE DE JESUS, matrícula Siape 6632307, ocupante do cargo de Agente Administrativo, Classe "S", Padrão III, código da vaga nº 168471, do Quadro de Pessoal da Advocacia-Geral da União, com fundamento no art. 3º, incisos I, II e III, parágrafo único, da Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005, combinado com o § 18 do art. 40 da Constituição Federal, com paridade e proventos integrais correspondentes ao vencimento básico do cargo efetivo, acrescido dos anuênios, de acordo com o art. 67 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, combinado com o art. 15 da Medida Provisória nº 2.225-45, de 4 de setembro de 2001, e do Ofício-Circular nº 36/SRH/MP/2001, da Gratificação de Desempenho de Atividade de Apoio Técnico-Administrativo, Lei nº 13.326, de 29 de julho de 2016, e da Gratificação Específica de Apoio Técnico Administrativo, Lei nº 10.907, de 15 de julho de 2004, declarando, em decorrência, a vacância do cargo acima mencionado.

MARIA APARECIDA ARAUJO SIQUEIRA

PORTARIA Nº 144, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2017

A **SECRETÁRIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO**, no uso da competência que lhe foi delegada pelo artigo 44, inciso XIII, do Anexo da Portaria AGU nº 51, de 21 de fevereiro de 2013, publicada no DOU de 22 de fevereiro de 2013, e considerando o que consta no processo administrativo nº 00415.002640/2016-58, resolve: Art. 1º - Reverter ao cargo de Agente Administrativo, Classe "S", Padrão III, a servidora MARIA CELESTE DANTAS NUNES ARAÚJO, matrícula Siape nº 6124566, com fundamento no art. 25, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, regulamentado pelo Decreto nº 3.644, de 30 de novembro de 2000, cuja aposentadoria voluntária ocorreu nos termos da Portaria nº 80 - SGA, de 17 de fevereiro de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 27 de fevereiro de 2012. Art. 2º - Restabelecer para a servidora o abono de permanência concedido no processo administrativo nº 00432.005315/2005-86.

MARIA APARECIDA ARAUJO DE SIQUEIRA

PORTARIA Nº 145, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2017

A **SECRETÁRIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO**, no uso da competência que lhe foi delegada pelo artigo 44, inciso XIII, do Anexo da Portaria nº 51, de 21 de fevereiro de 2013, publicada no DOU de 22 de fevereiro de 2013, e tendo em vista o disposto no inciso II do art. 25 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, regulamentada pelo Decreto nº 3.644, de 30 de outubro de 2000, e considerando o que consta do Processo 00415.002640/2016-58, resolve: Art. 1º - Destinar, para fins de reversão voluntária, a vaga de Agente administrativo, Classe S, Padrão III, com as seguintes especificações:

Unidade	Procuradoria Federal no Estado da Bahia
Quantitativo de vagas para reversão voluntária	01
Código da vaga	51060
Cargo	Agente Administrativo
Escolaridade	NI

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA APARECIDA ARAUJO DE SIQUEIRA

MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA Nº 223, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2017

O **SECRETÁRIO-EXECUTIVO ADJUNTO DO MINISTÉRIO DA FAZENDA**, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria MF nº 466, de 16 de dezembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 19 de dezembro de 2016, e considerando os termos do Decreto nº 4.050, de 12 de dezembro de 2001, e da NOTA TÉCNICA CONSOLIDADA Nº 02/2013/CGNOR/DENOP/SEGEP/MP combinada com a NOTA TÉCNICA CONSOLIDADA Nº 119/2014/CGNOR/DENOP/SEGEP/MP, e demais informações que constam do Processo nº 10167.003771/2015-02, resolve: Art. 1º Efetivar, até 16.12.2017, a requisição do empregado JOÃO CARLOS BRAZ DE LIMA, pertencente ao Quadro de Pessoal do Banco do Brasil S/A, para exercer suas atividades na Procuradoria Federal no Estado de Goiás, junto à **Advocacia-Geral da União**. Art. 2º O ônus pela remuneração é do órgão requisitante. Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

DANIEL RODRIGUES ALVES

PORTARIA Nº 225, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2017

O **SECRETÁRIO-EXECUTIVO ADJUNTO DO MINISTÉRIO DA FAZENDA**, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria MF nº 466, de 16 de dezembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 19 de dezembro de 2016, e considerando os termos do Decreto nº 4.050, de 12 de dezembro de 2001, e da NOTA TÉCNICA CONSOLIDADA Nº 02/2013/CGNOR/DENOP/SEGEP/MP combinada com a NOTA TÉCNICA CONSOLIDADA Nº 119/2014/CGNOR/DENOP/SEGEP/MP, e demais informações que constam do Processo nº 10168.002932/00-11, resolve: Art. 1º Efetivar, até 31.12.2017, a requisição da empregada MARIA LÚCIA DE OLIVEIRA, pertencente ao Quadro de Pessoal da Caixa Econômica Federal, para exercer suas atividades na **Escola da Advocacia-Geral da União Victor Nunes Leal**. Art. 2º O ônus pela remuneração é do órgão requisitante. Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

DANIEL RODRIGUES ALVES

Seção 3

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO NO DISTRITO FEDERAL

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 2/2017 - UASG 110161

Número do Contrato: 8/2016. Processo: 00420001021201596. PREGÃO SISPP Nº 62/2015. Contratante: ADVOCACIA GERAL DA UNIAO - CNPJ Contratado: 17428731000135. Contratado: PROSEGUR BRASIL S/A - -TRANSPORTADORA DE VAL E SEGURANCA. Objeto: Prorrogar vigência do contrato 008/2016-AGU por mais doze meses. Fundamento Legal: INCISO II do Art 57 da Lei 8.666/1993. Vigência: 01/02/2017 a 31/01/2018. Valor Total: R\$200.033,76. Fonte: 100000000 - 2016NE800063. Data de Assinatura: 31/01/2017.
(SICON - 17/02/2017) 110161-00001-2017NE000096

SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO NO RIO DE JANEIRO

RESULTADO DE JULGAMENTO

PREGÃO Nº 2/2017

A Pregoeira da Superintendência de Administração no Rio de Janeiro, torna público o Resultado de Julgamento do Pregão em epígrafe, declarando como vencedora a empresa: PANTANAL-

VEICULOS LTDA - CNPJ: 07.319.323/0001-91. O processo encontra-se com vistas franqueadas aos interessados.

ANA CAROLINA SBARDELOTTI

(SIDEC - 17/02/2017) 110161-00001-2016NE000096

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

EXTRATO DE RESCISÃO

Processo TST n.º 504.957/2015-4. CEDENTE: Tribunal Superior do Trabalho. CESSIONÁRIA: **Advocacia-Geral da União**. Termo de Cessão de Uso TCU-005/2016. OBJETO: cessão de área de propriedade do cedente para uso da cessionária no cumprimento de suas atividades institucionais. ESPÉCIE: Termo de Rescisão Amigável nº 001/2017. FUNDAMENTO: inc. II do art. 79 da Lei nº 8.666/1993, com efeitos a partir de 1/2/2017. ASSINATURA: 17/2/2017. Pelo Cedente: Dirley Sérgio de Melo, Secretário de Administração. Pela Cessionária: Silvino Hipólito da Silva Neto, Superintendente de Administração no Distrito Federal.